

**EURO90****Show internacional agita Manaus**

DIVULGAÇÃO



CULTURA 11

**COMBUSTÍVEIS****Preço do etanol cai em vários estados do Brasil**

DIVULGAÇÃO



ECONOMIA 8

**Senado**

# Texto-base da Reforma Tributária é aprovada

Texto foi votado e aprovado em menos de 24 horas após aprovação na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ)

LULA .MARQUES/ AGÊNCIA BRASIL



ÚLTIMAS 2

**AÇÃO DA PF****Suspeitos de planejar atos terroristas são presos**

BRASIL 9

**JOGOS PAN-AMERICANOS****Paratleta amazonense disputa jogos**

Lucas dos Santos compete no halterofilismo, esporte que envolve muita força física



ESPORTES 11

**HOMENAGEM****Senador Omar Aziz recebe título de Cidadão Honorário de Brasília**

DIVULGAÇÃO



POLÍTICA 6

**COMBATE A INCÊNDIOS****Governador do AM apresenta plano para o interior**

Grupamento é composto por bombeiros militares e brigadistas civis



CIDADES 4

# Últimas

# Senado aprova texto-base da Reforma Tributária no 1º turno

Texto segue agora para a Câmara Federal novamente já que é uma PEC

Por 53 votos a favor, 24 contra e nenhuma abstenção, o Senado aprovou na quarta-feira (8), em primeiro turno, o texto-base da reforma tributária sobre o consumo. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), leu o resultado às 19h16. Agora, os senadores votam os destaques. A aprovação da PEC exigia o voto de pelo menos 49 dos 81 senadores.

Durante as discussões em plenário, que começaram por volta das 15h, o relator da proposta de emenda à Constituição (PEC), senador Eduardo Braga (MDB-AM), acatou seis novas emendas que ampliam as exceções à alíquota padrão do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). Por sugestão do vice-líder do Governo no Senado, Daniella Ribeiro (PSD-PB), o setor de eventos foi incluído na alíquota reduzida em 60%.

O relator também acolheu emenda do senador Plínio Valério (PSDB-AM) para equiparar a remuneração dos servidores dos fiscos municipais e estaduais aos da Receita Federal. Segundo Valério, a integração do mesmo fato gerador entre a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da União, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), administrado pelos governos locais, fará os fiscos locais exercerem a mesma função da Receita. O Senado pretende votar, ainda hoje, a PEC em segundo turno. Na noite de terça-feira (7), os parlamentares aprovaram, por 24 votos a favor e 2 contra, um requerimento para acelerar a tramitação da reforma tributária e votar o texto em dois turnos no mesmo dia. A urgência foi aprovada horas depois de o texto ter sido aprovado na



Vários senadores comemoram aprovação do texto-base no Senado

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

## Governadores

Na votação desta quarta, a proposta enfrentou resistência de última hora de governadores do Sul e do Sudeste. Eles protestaram contra uma emenda acatada por Braga na CCJ que acrescentou três parágrafos ao Artigo 19 da PEC que prorroga, pela quarta vez, incentivos a montadoras de veículos do Nordeste e do Centro-Oeste. Essa prorrogação havia sido derrubada na Câmara, em julho, quando os deputados

rejeitaram um destaque para prorrogar os benefícios para as duas regiões.

No início da tarde, os governadores do Sul e do Sudeste reuniram-se com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e ameaçaram orientar as bancadas de seus estados a votar contra a reforma tributária caso não consigam retirar, na votação de destaques, emendas que consideram como "jabutis", inclusões de pontos não relacionados à proposta principal. Segundo os governadores, as alterações de última hora ampliam a desigualdade de tratamen-

to entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste contra as outras duas regiões.

## Novas exceções

Na votação de ontem, na CCJ, Braga tinha acatado 247 emendas de um total de 777. Entre as mudanças aceitas, está a emenda do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que estende ao gás de cozinha o cashback. A versão anterior do parecer tinha incluído a energia elétrica no mecanismo de ressarcimento de tributos às pessoas mais pobres.

Outra mudança está no

tratamento diferenciado a clubes de futebol. Proposta pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ), a emenda mantém o recolhimento unificado de tributos pelas sociedades anônimas do futebol. Segundo Braga, esse mecanismo jurídico tem ajudado a recuperar a saúde financeira dos clubes. O relatório já previa que as atividades esportivas pagariam alíquota reduzida em 60% da futura Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O novo parecer incluiu benefícios para taxistas

comprarem veículos. Braga acolheu emenda da senadora Mara Gabrielli (PSD-SP), que manterá a isenção na compra de automóveis por taxistas e por pessoas com deficiência ou consideradas dentro do espectro autista. O relatório anterior extinguiria o benefício, com a unificação de tributos.

Braga acatou ainda uma emenda do senador Marcelo Castro (MDB-PI) para restaurar a alíquota reduzida para atividades de restauração urbana de zonas históricas. O benefício estava no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas havia sido excluído na primeira versão do parecer do relator.

Outros benefícios incluídos no relatório são a alíquota zero para medicamentos e dispositivos médicos comprados pelo governo e por entidades de assistência social sem fins lucrativos, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES). Braga também acolheu emendas dos senadores Esperidião Amin (Progressistas-SC) e Izalci Lucas (PSDB-DF) para zera a alíquota de IBS, tributo administrado pelos estados e municípios, para serviços prestados por instituições científicas, tecnológicas e de inovação sem fins lucrativos. Na versão anterior, apenas a CBS, tributo federal, teria a alíquota zerada.

## Trava

As principais alterações da reforma tributária em relação à versão aprovada pela Câmara constam da primeira versão do relatório divulgada por Braga no fim de outubro. As principais mudanças são a criação de um teto para a carga tributária, a revisão a cada cinco anos dos regimes especiais de tributos e a ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), criado para incentivar o desenvolvimento de regiões de menor renda, de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões por ano a partir de 2043.

## CHACINA NA AM 010

# Juiz manda soltar suspeitos e determina júri popular

O juiz Lucas Couto Bezerra, da 2ª Vara do Tribunal do Júri, aceitou na noite de quarta-feira (8) a denúncia do MP/AM contra os policiais militares da Rocam envolvidos na chacina ocorrida no Ramal Água Branca, na AM-010. Com isso os acusados vão a júri popular. Conforme a decisão, 14 dos 16 PMS presos terão essa condição.

Além disso Lucas Couto Bezerra determinou a soltura dos envolvidos. Apesar disso, o juiz determinou que os investigados serão monitorados por tornozeleira eletrônica e foram afastados da função de policial. Além disso, houve suspensão do direito à posse e ao porte legal de arma de fogo e a proibição de contato com familiares das vítimas e testemunhas.

Também foi determinado o recolhimento domiciliar no período noturno entre 18h e 06h.

Na denúncia do Ministério Público foi considerado os

depoimentos dos policiais militares, que foram ouvidos na condição de testemunhas. Os suspeitos deram versões diferentes sobre o que aconteceu no dia do crime.

Segundo Bezerra, consta na denúncia do MP/AM indícios da participação dos 14 policiais no crime. No entanto, em relação aos outros dois policiais, foi apontada a

falta de provas. "[Eles] não saíram da VTR COMANDO 25-9209 no Ramal do Acaará/Rocholândia, o que torna extremamente improvável a tese acusatória de que estes tenham tido conhecimento da situação em que as vítimas se encontravam naquele local", diz a decisão.

Ao revogar a prisão dos policiais, o juiz considerou que seria impossível apontar a ação de cada investigado. "Neste sentido, a violência e a brutalidade com a qual foram cometidos os homicídios apenas representariam a periculosidade concreta do(s) executor(es), não podendo evidenciar suposta periculosidade social de todos os pronunciados", diz.

"A manutenção da medida cautelar extrema da prisão

preventiva dos pronunciados representaria constrangimento ilegal por ausência de fundamentos concretos e individuais que determinem a adoção da medida, sendo suficientes para a prevenção de novos delitos pelos pronunciados a imposição de medidas cautelares diversas da prisão", disse mais na decisão.

Os policiais militares são investigados por envolvimento na chacina que matou os irmãos Diego Máximo Gemaque e Lilian Daiane Máximo Gemaque, que tinham 33 e 31 anos, e o casal Alexandre do Nascimento Melo e Valéria Luciana Pacheco da Silva, que tinham de 29 e 22 anos. As vítimas foram encontradas mortas dentro de um carro no dia 22 de dezembro de 2022.



Caso aconteceu no fim do ano passado na AM-010

# Opinião

**ZARA PUBLICIDADE LTDA**  
 CNPJ 43.801.639/0001-89  
 ENDEREÇO: ALEXANDRE MAGNO, 831, SHANGRI-LA IV QUADRAESPEC. D LOTE 16-A  
 PARQUE 10 DE NOVEMBRO CEP 69054723  
 MANAUS - AMAZONAS

Gerente de Circulação  
 Janelson Palheta

**FALE CONOSCO**  
 (92) 99104-8484  
 (92) 99104-8488 (92) 99104-8475

## Editorial

## Meta fiscal

Autoridades do governo do PT propagaram a ideia de uma suposta "frente ampla" com partidos de oposição. O que isso significa, camarada? Uma coalizão ampla para gastar mais, aumentar impostos, inflar despesas, cargos de confiança, expandir o número de ministérios, tudo às custas dos contribuintes? Nós só apoiaremos uma frente mínima: aquela que reduza o desperdício, elimine privilégios e combata os desvios que resultam na perda de bilhões que não chegam à população

devido às corporações que o PT protege tanto.

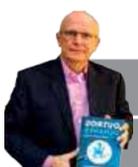
A meta fiscal não é apenas um número; É um compromisso com a visão de país que almejamos. Não podemos ter empregos, crescimento, estabilidade econômica e social, nem políticas de inclusão sem um alicerce de credibilidade fiscal que permita a todos os agentes econômicos, nacionais e internacionais, confiarem no Brasil e em seu governo.

Sabotar a previsibilidade fiscal é sabotar o Brasil e seus

cidadãos. É trair o povo, criando as condições para uma profecia de devastação que se autorrealizará. Desde o início, deixamos claro que faríamos oposição com responsabilidade, não ao país, mas ao governo. O papel do Progressistas, mesmo na oposição, foi fundamental e construtivo. Não adotamos uma postura de "quanto pior, melhor", e é exatamente por isso que não iremos compactuar com um governo que adote uma abordagem populista fiscal de curto prazo.

Durante esse processo, membros do Progressistas dialogaram com o governo, seja através do Relator do Arcabouço em suas múltiplas reuniões com a equipe econômica, seja pelo Presidente da Câmara em seus encontros com o Ministro da Fazenda e o Presidente da República. Mais recentemente, o Progressistas desempenhou um papel importante na aprovação da reforma tributária, novamente com o Relator e o Presidente da Câmara à frente. O ponto em comum é que

nenhuma dessas duas medidas fundamentais teria sido aprovada sem o apoio de nossa oposição responsável. Portanto, temos agora o paradoxo de uma oposição responsável e uma situação irresponsável! Este é um alerta, uma colaboração e um apelo à razão. Tanto a Câmara quanto o Senado acreditaram na seriedade fiscal apresentada pelo governo do PT durante a tramitação do Arcabouço. Agora Lula e sua equipe precisa cumprir com a palavra.



**Augusto Cecílio**

Auditor fiscal e professor

## Princípios Constitucionais Tributários

A Constituição Federal de 1988 consagra os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, definindo as limitações ao poder de tributar, a competência para a instituição de tributos e a repartição das receitas tributárias. Aos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), a Carta Magna outorgou o poder de criar, modificar ou extinguir os tributos, por meio de lei, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Assim, em respeito à hierarquia das normas jurídicas, as leis tributárias precisam observar fielmente os princípios tributários previstos na Constituição Federal, de forma a proteger os direitos e garantias fundamentais do contribuinte, que são os seguintes: Princípio da Legalidade; Princípio da Anterioridade da Lei; Princípio de Irretroatividade da Lei; Princípio da Isonomia; Princípio da Uniformidade da Tributação; Princípio da Capacidade Contributiva e Princípio da Proibição de Confisco, que veremos a seguir, conforme conteúdo do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal.

**Princípio da Legalidade:** Tem por finalidade garantir os direitos e os deveres individuais e coletivos, uma vez que, nos Estados democráticos, não apenas os indivíduos são subordi-

nados à lei, mas também a própria administração pública. A legalidade, como princípio fundamental do Estado de Direito, não se restringe a vedar ou proibir a tributação sem lei, mas, fundamentalmente, garantir, a todo cidadão, segurança jurídica, econômica e social. (CF, art. 150, I).

**Princípio da Anterioridade da Lei:** Proíbe a exigência de tributo ou seu aumento "no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que o instituiu", a fim de evitar que o contribuinte seja surpreendido pela majoração da carga tributária. É um corolário do princípio da não surpresa. (CF, art. 150, III, b e c).

**Princípio da Irretroatividade da Lei:** Esse princípio é também um princípio geral de Direito. Visa a impedir que determinada lei produza efeitos sobre fatos ocorridos antes de sua vigência. A lei não retroage, a menos que seja benigna ao contribuinte. (CF, art. 150, III, a).

**Princípio da Isonomia:** Trata-se da igualdade de todos perante a lei. Esse princípio aparece no caput do art. 5º da CF como um dos cinco direitos fundamentais.

**Princípio da Uniformidade da Tributação:** "É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território

nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município". A Constituição Federal permite, entretanto, que a União exerça uma política de incentivos fiscais para promover o equilíbrio entre as regiões do País. (CF, art. 151, I).

**Princípio da Capacidade Contributiva:** Visa à justiça fiscal e social, exigindo mais de quem tem mais condição econômica e isentando ou reduzindo a incidência tributária para os contribuintes com menor capacidade econômica. Esse princípio atende ao imperativo da redistribuição de renda. Em respeito ao princípio, a legislação tributária deve aplicar alíquotas diferenciadas e efetuar redução parcial ou total da base de cálculo, objetivando conformar o tributo o mais próximo possível da real capacidade de pagamento de cada contribuinte. (CF, art. 145, §1º).

**Princípio da Proibição de Confisco:** Busca proteger o contribuinte contra a possibilidade de o ente tributante vir a tomar totalmente o seu patrimônio ou a sua renda. A análise de cada caso é que permitirá dizer se há ou não confisco, uma vez que tributos com características diferentes comportam parâmetros diferentes. (CF, art. 150, IV).



**Marcellus Campelo**

Engenheiro civil, especialista em saneamento básico; exerce, atualmente, o cargo de secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Amazonas

## O desenvolvimento das cidades brasileiras

Participei esta semana de um momento que considero histórico, porque representa um passo importante para o desenvolvimento das cidades brasileiras. Trata-se da reativação do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), fórum de participação popular que estava inativo há seis anos, desde 2017.

Criado em 2004, o ConCidades é um órgão colegiado com poder consultivo e deliberativo, formado por representantes da sociedade civil organizada e do poder público, nas três esferas - federal, estadual e municipal. Tem como missão discutir políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das cidades, com foco, em especial, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte, mobilidade urbana e planejamento territorial.

A retomada desse tão importante fórum ocorreu com a realização da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), evento promovido em Brasília, no período de 06 a 08 de novembro. Durante a reunião, foram empossados os novos conselheiros e eu tenho a honra de fazer parte do grupo, representando o Governo do Amazonas, ao lado de pessoas de todo

o Brasil - trabalhadores, empresários, membros da academia, de movimentos sociais e outros tantos que também estão engajados no processo.

É uma orientação do governador Wilson Lima que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedurb) se integre a esse movimento, inclusive com a incumbência de implantar, no Amazonas, o Conselho Estadual das Cidades, que até hoje não havia saído do papel.

O desafio está posto e vamos também ajudar os municípios a instalarem os seus conselhos. O governador quer reunir todos em torno de assuntos que são vitais para o desenvolvimento urbano e ambiental do interior e da capital amazonense. É uma discussão urgente e necessária e será tratada como prioridade, considerando, inclusive, que os recursos federais estarão condicionados ao funcionamento desses colegiados, por governos e prefeituras.

O Conselho, agora reativado, começa a preparar a 6ª Conferência Nacional das Cidades, prevista para ser realizada no primeiro semestre de 2024. Os grupos setoriais que o compõem já começam a trabalhar nessa direção, no meu caso, inte-

grando a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental. Será um grande evento, colocando em pauta os principais desafios a serem enfrentados, como resolvê-los e os recursos necessários.

O ministro das Cidades, Jader Filho, que também preside o Conselho, tem reforçado a importância de ouvir e discutir, como parte intrínseca da democracia, ainda que as ideias sejam divergentes.

Não há dúvida, certamente, de que é por meio do debate e de uma gestão democrática que iremos avançar de forma igualitária, de modo a construir os caminhos para transformar as cidades brasileiras em espaços mais humanos, sustentáveis e que propiciem melhor qualidade de vida à população

Nesse aspecto, o Conselho, portanto, volta a desempenhar o seu papel como instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). O que esperamos é que se estabeleça e se fortaleça como espaço de discussão contínua sobre os caminhos a serem percorridos na construção de cidades melhores, levando em consideração a autonomia e as particularidades dos diferentes setores envolvidos.

## Destaque



DIVULGAÇÃO

Em decisão monocrática publicada nesta terça-feira (08), o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), Mario de Mello, determinou a suspensão do pregão para contratação de serviços de pintura da Prefeitura de Manaus. A medida cautelar foi concedida em

resposta a uma representação com pedido de medida cautelar formulada pelo vereador William 'Alemão'.

A decisão foi publicada em edição extra no Diário Oficial Eletrônico do TCE-AM, disponível em [doe.tce.am.gov.br](http://doe.tce.am.gov.br).

O pregão nº 22 de 2023, proposto pela Comissão Municipal

de Licitação da Prefeitura de Manaus, estava previsto para acontecer nesta quinta-feira (9), e tinha como objetivo o registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de pintura em bens públicos, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

## De olho



DIVULGAÇÃO

Falta menos de um mês para acontecer a posse da nova diretoria do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM) para o biênio 2024-2025, foi confirmada para o dia 1º de dezembro. A decisão foi adotada durante a fase de indicações e propostas da 36ª

Sessão Ordinária, no dia 17 de outubro.

Segundo a lei orgânica da Corte de Contas, a posse poderia ser realizada até o dia 15 de dezembro, mas foi antecipada em consideração a agenda institucional da presidente eleita, conselheira Yara Lins

dos Santos, do vice-presidente eleito, conselheiro Fabian Barbosa, e de autoridades que serão convidadas para a solenidade.

Yara Lins foi a primeira mulher a assumir a presidência do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM) há 6 anos.

# Cidades

## LAZER

Detran-AM promove exposição de veículos antigos em Manaus

## DESENVOLVIMENTO

Parintins tem R\$ 2,5 mi em repasse de recursos para ações de Defesa Civil

# Wilson Lima apresenta plano de implantação do GCIP no interior

Grupamento de Combate a Incêndio será composto por bombeiros militares e brigadistas civis para atuação na linha de frente de atendimento de ocorrências

Da redação

A partir desta quinta-feira (9), os municípios já poderão formalizar a solicitação de implantação do Grupamento Integrado de Combate a Incêndio e Proteção Civil (GCIP), que deve ser totalmente implantado até o primeiro semestre de 2024. Inicialmente, o grupamento atenderá 21 municípios que, atualmente, representam 92% dos registros de focos de calor no estado. O plano de implantação do GCIP foi apresentado pelo governador Wilson Lima, na quarta-feira (8).

Na primeira quinzena de dezembro, será realizada a aprovação do Plano Estratégico e assinatura de convênio entre Estado e as Prefeituras. Ainda em dezembro está previsto o início da implantação. Entre abril e maio de 2024, serão realizadas capacitações dos brigadistas.

Segundo o chefe do Executivo estadual, o planejamento que integra as ações do Comitê Intersetorial de



Governador apresentou plano na quarta-feira (8)

Enfrentamento à Situação de Emergência Ambiental já prepara o Amazonas para enfrentamento de ocorrências futuras, especialmente ligadas aos fenômenos climáticos que, de acordo com especialistas, devem se tornar cada vez mais comuns ao longo das próximas décadas.

"A gente precisa ter a manifestação da prefeitura de que tem interesse em participar desse nosso programa e aí a gente vai colocar lá no município carro-pipa, viatura e vamos disponibili-

zar cinco homens do Corpo de Bombeiros, desses que já foram convocados nesse último concurso, e também vamos capacitar a brigada dos municípios", afirma Wilson Lima.

O projeto, coordenado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM), prevê aporte de R\$ 23,7 milhões para aquisição de veículos e equipamentos para estruturação de unidades operacionais. O valor será destinado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio

da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Além disso, o governador ressalta que também já há um recurso de R\$ 35 milhões, aprovado pelo Fundo Amazônia, que passará pela análise do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, após aprovado, deverá se somar ao do Ministério da Justiça para implantação do plano.

### Grupamento Integrado

A implantação do GCIP tem como base a lei fe-

deral nº 13.425, de 30 de março de 2017, que prevê a criação de serviços de prevenção de combate a incêndios e atendimento a emergências em municípios onde não há postos do Corpo de Bombeiros.

O plano contempla os municípios de Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Autazes, Careiro Castanho, Manaquiri, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Itapiranga, Humaitá, Boca do Acre, Lábrea, Apuí, Manicoré, Novo Aripuanã, Tabatinga, Barcelos,

Tefé, Maués e Tapauá.

"O mais importante é que será um trabalho contínuo, não somente para a estiagem. O município tem várias demandas atendidas pelo Corpo de Bombeiros. Ficamos felizes de estar entre os contemplados no convênio", agradece Patrícia Lopes, prefeita de Presidente Figueiredo, município que já possui uma unidade dos bombeiros e que receberá o reforço.

Segundo o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Orleilson Muniz, para definição dos municípios foram analisados critérios como demandas de ocorrências, densidade populacional, posicionamento geográfico e relevância socioeconômica regional.

"Esse programa que o governador está iniciando é a maior expansão do Corpo de Bombeiros da história. Estaremos presentes agora em 21 municípios com instalações permanentes. São quartéis do Corpo de Bombeiros e funcionarão não apenas para atender ocorrências de incêndios, mas ocorrências de salvamento, entre outras", frisa o comandante-geral.

Na estrutura organizacional, o plano prevê que as bases serão coordenadas por bombeiros militares e equipes de combatentes com 15 brigadistas civis por municípios, divididos em guarnições de serviço operacional com escala de plantão em regime de 24h/48h.

## PROGRAMAÇÃO

### Exposição de veículos antigos acontece no próximo domingo

Pela segunda vez neste ano, uma exposição de veículos antigos irá acontecer no próximo domingo (12). O evento, que é promovido pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran-AM), em parceria com a WS Studio e Estética Automotiva, ocorrerá de 8h às 12h, no Posto de Vistoria da instituição, localizado na rua Walter Zuani, 85, bairro São Francisco, zona sul de Manaus.

A primeira edição do evento ocorreu no final de setembro deste ano, como parte da programação da Semana Nacional de Trânsito (SNT), e contou com a presença de cerca de 100 pessoas.

Nesta edição, além dos serviços já oferecidos anteriormente, tais como transferência de veículo, entrega do CRLV-e, renovação de CNH, mudança ou adição de categoria, segunda via da CNH e transferência de domicílio, também estará disponível o serviço de vistoria veicular, sem necessidade de agendamento prévio.

Conforme o diretor técnico do Detran-AM, David Fernandes, a entrada no evento é gratuita e a ação é indicada para

toda a família. "Os visitantes poderão aproveitar esse momento de folga com sua família para obterem informações ou atendimento de serviços do Detran-AM, além de desfrutarem de um momento de lazer com suas famílias", comenta.

Segundo Thiago Guimarães, um dos organizadores do evento, a expectativa é receber o dobro de visitantes da primeira edição. "Os presentes poderão conferir de perto vários modelos de carros clássicos como opalas e fuscas, e também carros rebaixados", destaca.



Evento acontecerá de 8h às 12h

## CONVÊNIO

### Parintins recebe R\$ 2,5 mi em recursos para ações de Defesa Civil

Daniel Boechat

O município de Parintins (localizado a 369 quilômetros de Manaus) vai receber R\$ 2,57 milhões para execução de ações de Defesa Civil. O repasse, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, foi publicado na edição de quarta-feira (8) do Diário Oficial da União.

O Ministério destaca que a utilização dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações de resposta para restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução de equipamentos de infraestrutura danificados pela erosão na margem fluvial.

"Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União. [...] O proponente [Prefeitura Municipal] deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655,



Construção do muro visa acabar com os problemas de desbarrancamento

de 23 de agosto de 2023", informa a publicação.

Na última terça-feira (7), a Justiça Federal da 1ª Região, por meio da 1ª Vara Cível da Seção Judiciária do Amazonas (SJAM), decidiu que o Governo Federal prorrogue, assine e execute o convênio para construção do muro de contenção de erosão. Por falta de documentações necessárias à liberação de recursos, o início da obra estava paralisado desde 2021.

A decisão foi assinada pela juíza federal Jaiza Fraxe em resposta a ação movida pelo prefeito de Parintins, Bi Garcia (UB), com emenda de R\$ 60 milhões do senador Omar Aziz (PSD).

"Com base na ação movida pelo Município, a magistrada enfatiza que Parintins passa pela maior estiagem registrada desde o ano de 1902 e que a construção do muro de contenção se faz necessária, em caráter de urgência, por

conta da iminente subida das águas do rio Amazonas, o que impossibilitará a colocação de pilares que sustentarão a estrutura de resguardo à orla", explica a Prefeitura do município.

Vale ressaltar que, de acordo com a portaria nº 3.367, de 27 de outubro, a Defesa Civil Nacional reconheceu Parintins como uma das 17 cidades em situação de emergência por questões climáticas.

YURI PINHEIRO

# PF cumpre mandado por contrabando de mercúrio

Objetivo é desarticular organização criminosa voltada a delitos ambientais e mineração ilegal de ouro na Amazônia

Da redação

A Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deflagraram, na quarta-feira (8), a Operação Hermes (Hg) II, com o objetivo de apurar e reprimir crimes contra o meio ambiente, especialmente por meio do comércio e uso ilegal de mercúrio, além de crimes como organização e associação criminosa, receptação, contrabando, falsidade documental e lavagem de dinheiro.

Os crimes em apuração estão relacionados ao contrabando e acobertamento de mercúrio, que tem como destino final o abastecimento de garimpos ilegais, em áreas que compõem a Amazônia, nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Pará. Os investigados estão em Manaus, São Paulo, em oito cidades do Mato Grosso e duas do Rio de Janeiro.

Todo o material probatório e os bens apreendidos serão encaminhados para a Delegacia de Polícia Federal em Campinas (SP) para continuidade das análises. No total, 140 policiais federais e 30 servidores do Ibama participam da operação, que segue em curso.

Além das buscas e apreensões, a Justiça decretou ainda a imposição de fianças de 200 salários-mínimos e o sequestro e indisponibilidade de bens dos investigados em montante superior R\$ 2,9 bilhões, com



Ao todo, foram cumpridos 34 mandados de busca e apreensão na capital amazonense

o objetivo de reparar os danos ambientais.

De acordo com a PF, os investigados responderão, na medida de suas condutas, pelos crimes ambientais e contra a administração ambiental, falsidade ideológica, uso de documento falso, contrabando, associação criminosa, receptação e perigo para a vida ou saúde de outrem, além de organização criminosa, usurpação de bens da União e ocultação de bens.

## Início

A Polícia Federal informou que a Operação Hermes (Hg) I - deflagrada em 1º de dezembro de 2022 - tinha como objetivo a desarticulação de uso ilegal de mercúrio. Ela teve início a partir da investigação de uma empresa - com sede em Paulínia (SP) - que utilizava criminosamente

as atividades autorizadas para produzir créditos falsos de mercúrio em sistema do Ibama.

"A partir da análise de milhares de fontes bases (documentos e dispositivos eletrônicos), durante mais de dez meses, a Polícia Federal identificou uma extensa cadeia organizada de pessoas físicas e jurídicas envolvidas no esquema ilegal de comércio de mercúrio e ouro extraído de garimpos na Amazônia e retirou sete toneladas de créditos de mercúrio dos sistemas do Ibama", diz a PF, em nota.

A operação desta quarta-feira tem o objetivo de aprofundar as investigações, buscando provas do funcionamento desse esquema, do envolvimento de pessoas, especialmente os principais responsáveis pelo comércio e os respec-

tivos compradores finais do mercúrio ilegal, além de identificar o patrimônio construído para ocultar a atividade ilícita e os ganhos de originados por ela.

## Resultados da investigação

A investigação apontou que as principais formas utilizadas pelos investigados para a movimentação de valores incluem utilização de interpostas pessoas como laranjas para ocultar o responsável pelas operações comerciais e financeiras ou o proprietário de bens, direitos e valores; utilização de empresas de fachada; uso de empresas sem registro de um funcionário sequer; e mistura entre capital ilícito com eventual capital lícito para tornar mais difícil a separação pelas autoridades de fiscalização e repressão. Segundo a Polícia Fede-

ral, houve ainda a compra e venda de imóveis, com valorização artificial, para justificar a origem ilícita do dinheiro utilizado; blindagem patrimonial por meio de manobras jurídicas e engenharia financeira e contábil; utilização ilegal dos sistemas do Ibama para dar aparente legalidade à circulação de quantidade exorbitante de mercúrio; e uso do Aeroporto Internacional de Viracopos para transporte de mercúrio.

Ainda em curso, a operação engloba a fiscalização pelo Ibama com a possibilidade de aplicação de multas, suspensão de atividades e embargos de áreas de mineração, além da apuração de condutas de pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a importação e comércio de mercúrio, recicladoras de resíduos e mineradoras de ouro.

## ZONA LESTE

### Dupla é presa com armas e drogas

Da redação

Dois homens identificados como Lucas Andrade dos Santos, 22, e Vinícius Azevedo Oliveira, 21, foram presos durante a 'Operação Pacificador', realizada no bairro Tancredo Neves, zona Leste da capital amazonense, na quarta-feira (8).

Policiais militares da 30ª Companhia Interativa Comunitária (Cicom) informaram que receberam uma denúncia anônima, via linha direta, da qual relatava que vários homens estavam comercializando drogas e intimidando moradores com arma de fogo na rua Catarina, situada naquele bairro.

Após a queixa, equipes policiais da 14ª e 30ª Cicom foram até o local e se depararam com diversos suspeitos fugindo. Na incursão, Lucas e Vinícius acabaram detidos em posse de entorpecentes, dois revólveres calibre 38, munições do mesmo calibre, além de duas balanças de precisão e dinheiro.

Diante dos fatos, os suspeitos foram conduzidos para o 14º Distrito Integrado de Polícia (DIP), onde foram autuados em flagrante pelos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Ambos ficarão à disposição da Justiça.



Material apreendido em posse dos suspeitos

## CRIME DE EXECUÇÃO

# Envolvidos em morte de blogueira são presos em Manaus

Policiais civis da Delegacia Especializada em Homicídios e Sequestros (DEHS) deflagraram operação, na quarta-feira (8), que resultou nas prisões de Mateus Silva da Silva, 20, e Wandré Pereira Figueiredo, 21, e na apreensão de uma adolescente de 17 anos, por envolvimento na execução a tiros da blogueira Beatriz Matos dos Santos, 26, conhecida como "Bianca Porcelana". O crime ocorreu na noite do dia 27 de julho deste ano, no bairro Vila da Prata, zona oeste de Manaus.

Durante coletiva de imprensa, o titular da DEHS, delegado Ricardo Cunha, destacou que essas prisões são resultado de um intenso trabalho investigativo em torno da morte da blogueira, que era bastante atuante nas redes sociais, e que teve sua vida ceifada sem possibilidade de defesa.

"No momento do delito, Beatriz estava na casa de uma colega, quando recebeu uma ligação e foi para

fora do imóvel, ocasião em que indivíduos em um carro modelo Celta, de cor preta, a alvejaram com vários tiros", informa Cunha.

A delegada Marília Campello, adjunta da DEHS, que presidiu às investigações, relatou que as prisões ocorreram na zona norte da cidade.

Segundo ela, a adolescente apreendida foi a responsável por armar a emboscada que vitimou a blogueira.

"A adolescente havia com-

prado uma bolsa da Beatriz no dia 21 de julho e, posteriormente, disse que queria comprar outra bolsa e também levar um produto para a vítima divulgar em suas redes sociais. No dia do encontro, Beatriz abriu a porta para pegar o produto e foi atingida por diversos disparos de arma de fogo", explica Marília.

Segundo a autoridade policial, ainda não está plenamente esclarecida a motivação do crime, tendo em vista que todos os envolvidos integram uma organização criminosa, por isso, as investigações seguirão. Mateus e Wandré negam a participação no fato criminoso, no entanto, isso será comprovado durante o prazo da prisão temporária.

Ainda de acordo com a delegada, há uma provável ligação do caso com a morte de Suzilane Cordeiro Pires, que havia tido um relacionamento amoroso por um curto período com Beatriz. Suzilane foi encontrada morta no dia 17 de junho, na estrada do

Brasileirinho, bairro Jorge Teixeira, zona leste.

Mateus e Wandré responderão por homicídio qualificado e ficarão à disposição da Justiça. Já a adolescente ficará à disposição do Juizado Infractional.

## Procurados

Lúcio Geovany de Lima Matos e Vinícius Eduardo Acioly da Mata estão sendo procurados por envolvimento na ação criminosa. Lúcio é o dono do veículo Celta que aparece em imagens de ambos os homicídios; já Vinícius teria sido o responsável por arquitetar o homicídio da blogueira a mando da chefia do grupo criminoso.

A PC-AM solicita a quem tiver informações sobre o paradeiro da dupla, que entre em contato pelo número (92) 98118-9535, disque-denúncia da DEHS ou pelo 181, da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM). A identidade do informante será mantida em sigilo.



Autoridades da DEHS deram mais detalhes sobre o caso durante coletiva

# Política

## Omar Aziz recebe título de cidadão brasiliense

Nascido no interior de São Paulo, Aziz tem carreira política no Amazonas

Da redação

A Câmara Legislativa do Distrito Federal concedeu o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senador Omar Aziz (PSD-AM), em reconhecimento aos serviços prestados pelo parlamentar ao país e à capital brasileira. O projeto de lei, proposto pelos deputados Robério Negreiros e Jorge Vianna, teve como base a trajetória e a atuação de Omar pelos interesses do Amazonas e de toda a população brasileira.

Omar Aziz foi relator do projeto do arcabouço fiscal, em que defendeu a manutenção dos repasses da União à capital brasileira por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), destinado aos investimentos em segurança, saúde e educação na capital do país.

O senador do Amazonas também ganhou destaque nacional como presidente da CPI da Covid, sendo uma das vozes mais incisivas de oposição ao governo federal na época. Seu trabalho na comissão foi fundamental para agilizar a compra e distribuição da vacina contra a Covid-19 para a população.

Omar Aziz aproveitou o seu discurso no parlamento do DF para lembrar da importância da Zona Franca de Manaus (ZFM) e de que o Brasil precisa passar a enxergar o Polo Indus-



Aziz recebendo título na Câmara de Brasília

trial de Manaus como um vetor de desenvolvimento nacional. "O Amazonas tem a Zona Franca de Manaus e somos muito gratos a todos aqueles que nos apoiam. Mas a gente discute a Zona Franca e, para alguns, lá parece ser uma ilha de exceção. A Zona Franca de Manaus não é um paraíso fiscal. Ela não é subsidiada como o agronegócio, que vem sendo impulsionado por um projeto de mecanização da agricultura desde 2003, do primeiro governo Lula. Eu

sou a favor desse apoio, mas não venha chamar a Zona Franca de paraíso fiscal", reforçou Omar, que usou o tempo também para fazer um apelo pela rodovia BR-319.

Presente na solenidade, o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Bosco Saraiva, destacou que o ato em benefício do Distrito Federal no projeto do arcabouço fiscal é a tônica da atuação de Omar pelo povo do Amazonas nos seus anos de experiência.

"O gesto que o senador Omar fez com relação ao povo de Brasília é um gesto permanente da sua vida para o povo do Amazonas, repetido diariamente. O gesto de solidariedade e de visão com relação ao Estado brasileiro, seja na capital federal ou no mais longínquo município do Amazonas, dos rincões dos altos rios, é o que mede a atuação do senador Omar", declarou Bosco.

Nascido em Garça, interior de São Paulo, Omar

Aziz iniciou sua carreira política em Manaus há mais de 30 anos. Formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Amazonas, Aziz iniciou sua vida pública no movimento estudantil, ocupando os cargos de vereador e deputado estadual na década de 1990, além de ter sido vice-prefeito de Manaus e eleito duas vezes governador do Estado. Na ocasião, Wilson Lima apresentou projetos e potenciais do estado voltados à sustenta

### CONDOMÍNIOS

## PL quer proibir entrada de entregadores

O Projeto de lei nº 1030/2023 pretende proibir que os entregadores de aplicativos sejam obrigados a se dirigir até as residências dos moradores de condomínios fechados no Amazonas.

A proposta do deputado estadual Rozenha (PMB) pretende oferecer mais segurança tanto aos entregadores quanto aos usuários de aplicativos de entrega.

Desde que esse tipo de atividade ganhou mais adeptos, casos de ameaça, agressão e ofensas contra os entregadores se tornaram comuns em todo o país. Por esse motivo, muitos desses trabalhadores recusam entregar a encomenda na porta do consumidor, mesmo sem um dispositivo legal que os ampare. Já os usuários dos aplicativos também precisam de mais segurança contra possíveis golpes ou outros tipos de crimes cometidos por falsos entregadores.

Segundo o PL, os aplicativos ficam obrigados a notificar os usuários de maneira explícita sobre a proibição.

Caso o consumidor esteja impossibilitado de buscar a encomenda pessoalmente, poderá pedir para o entregador deixar na portaria. Outra opção é pagar uma taxa ao aplicativo para permitir a entrega na porta da residência. O consumidor poderá ficar isento dessa cobrança adicional se for Pessoa com Mobilidade Reduzida (PMR) ou Pessoa com Necessidade Especial (PNE).

No caso de descumprimento, o projeto prevê aplicação de multa que pode variar de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, de acordo com a gravidade da infração, o porte econômico do infrator, a conduta e o resultado produzido pela violação da lei. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro.

### CPI DA ENEL

## Apagão em São Paulo movimentava legislativo municipal

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou na tarde desta quarta-feira (8) a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os serviços prestados pela Enel Distribuição São Paulo, concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica na capital paulista.

A CPI terá prazo de duração de 120 dias, que poderá ser prorrogado, com a finalidade de apurar "a falta de assistência, o serviço deficitário prestado [pela Enel] aos municípios paulistanos, as constantes interrupções de energia em decorrência da falta de manutenção e poda preventiva da vegetação do porte arbóreo ao redor dos cabos das vias públicas do município", de acordo com o texto do requerimento para criação da comissão.

Na manhã de quarta-feira, segundo os cálculos da concessionária, ainda havia mais de 11 mil de imóveis na cidade sem energia, des-

de a tempestade da última sexta-feira (3). A empresa privada havia se comprometido a restabelecer o fornecimento até ontem (7), o que não ocorreu.

O requerimento da CPI foi apresentado pelo vereador João Jorge (PSDB). No texto, o parlamentar justificou a abertura de investigação em razão do prolongado tempo para o restabelecimento da energia e os danos causados aos moradores do município.

"Na data desse requerimento, milhares de consumidores ainda não tiveram sua energia restabelecida. Considerando os amplos danos e prejuízos causados devido à falta de energia para a municipalidade, considerando que os atuais problemas são apenas a culminação de uma série de crescentes de problemas enfrentados pelo consumidor paulistano em relação ao fornecimento de energia", diz o texto.

O requerimento ainda ressalta que a concessionária



Câmara discutiu abertura de CPI após problemas no serviço

teria reduzido seu quadro de pessoal e atrasado o cronograma de investimentos. O pedido cita "as notícias de que a empresa reduziu em seu quadro de funcionários em 36% desde que adquiriu o controle da antiga Eletropaulo em dezembro de 2018, enquanto as reclamações sobre o serviço prestado disparam

no período" e o "atraso no cronograma de investimentos que deveriam ser feitos pela concessionária".

A instalação da CPI está agendada para amanhã (9), às 13h, na Câmara. A comissão terá sete integrantes e será presidida pelo vereador João Jorge.

A Enel foi procurada, mas

ainda não se manifestou sobre a criação da CPI.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, já há uma CPI criada, em 30 de maio, para apurar "possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica na região metropolitana de São Paulo".

A comissão investiga, especialmente no período de 2018 até 2023, as quedas de energia, a cobrança irregular de valores, a atuação operacional, o suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, a execução dos investimentos e das obras previstas, bem como o estado de conservação da rede de infraestrutura e de distribuição energética.

O diretor-presidente da Enel Distribuição São Paulo, Max Xavier Lins, foi convocado para ser ouvido pela CPI da Alesp na próxima semana.

### Multa Federal

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que a multa à concessionária Enel pode chegar a R\$ 50 milhões pelo "apagão" no estado de São Paulo, provocado após as fortes chuvas que atingiram a região na tarde da última sexta-feira (3). Mais de 100 horas após o temporal, cerca de 11 mil imóveis seguem sem energia na Grande São Paulo na manhã da quarta-feira (8).

O ministro da Justiça e Segurança Pública disse que, caso a multa seja confirmada, a Enel terá um prazo de até 15 dias para pagar a indenização. Sobre uma possível explicação do ocorrido, Dino ressalta que a empresa não tem um prazo legal para prestar os esclarecimentos, mas ele enfatiza que o ministério vai cobrar. "Se a empresa não tiver a conduta adequada, claro que vamos fixar o prazo".

# Economia

|  |                   |                 |                 |  |                |            |
|--|-------------------|-----------------|-----------------|--|----------------|------------|
|  | <b>Dólar</b>      | COMPRA<br>4,907 | COMPRA<br>5,251 |  | <b>Ouro</b>    | 307,03     |
|  | Varição<br>0,66 % | VENDA<br>4,907  | VENDA<br>5,252  |  | <b>Bitcoin</b> | 174.274,39 |
|  | Valores em R\$    | Valores em R\$  | Valores em R\$  |  | <b>B3</b>      | -0,08 %    |
|  |                   |                 |                 |  | Pontos         | 119.176,67 |

# Petrobras refina 100% de óleo de soja pela primeira vez

Objetivo é produzir insumos petroquímicos e combustíveis renováveis

Agência Brasil

A Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR), que pertence à Petrobras, conseguiu processar 100% de óleo de soja em uma unidade de refino industrial pela primeira vez. Quem está por trás da tecnologia é o Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (Cenpes) da estatal. A partir de matérias-primas renováveis vai ser possível gerar produtos petroquímicos totalmente renováveis.

A expectativa é que a refinaria, que fica na cidade de Rio Grande (RS), produza insumos petroquímicos e combustíveis renováveis como GLP, combustíveis marítimos, propano e bioaromáticos (BTX - benzeno, tolueno e xileno), usados nas indústrias da borracha sintética, nylon e PVC. Os teores de concentração de BTX identificados também atendem aos níveis exigidos para formular gasolinas de desempenho alto, praticamente isentas de enxofre.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, reforçou que a companhia tem como uma de suas prioridades a transição energética. "Estamos fazendo derivados típicos de petróleo a partir de óleo vegetal. É inovação e transição energética combinadas em benefi-



Um segundo teste está programado para junho de 2024

cio do Brasil. É a Petrobras voltando a liderar grandes processos de transformação técnica, econômica e social, com repercussão global", disse Prates.

O diretor-superintendente da RPR, Felipe Jorge, destacou que a estratégia é planejar o futuro, sem prejudicar o abastecimento atual.

"O primeiro passo foi dado. A tecnologia da Petrobras

licenciada para a Riograndense vai nos permitir, já no próximo ano, produzir renováveis sem deixarmos de atender nosso atual mercado de produtos e combustíveis", disse Felipe Jorge.

### Tecnologia do biorrefino

Os testes na área do biorrefino começaram a partir do acordo de cooperação entre as empresas que têm

participação acionária na RPR: Petrobras, Braskem e Ultra, assinado em maio de 2023. Por meio do documento, ficou acertado o uso das unidades da refinaria para realizar os testes de tecnologias desenvolvidas pelo centro de pesquisas da estatal. O primeiro teste industrial começou na última semana de outubro. Nessa etapa, a PRP rece-

beu duas mil toneladas de óleo de soja e fez uma manutenção na unidade de craqueamento catalítico fluido (FCC), de acordo com as orientações do CENPES. Na etapa seguinte, em 1º de novembro, teve início o processamento da carga 100% renovável, e foi comprovada a viabilidade da operação.

Um segundo teste está

programado para junho de 2024, quando vai ser coprocessada uma carga mineral com bio-óleo (matéria-prima avançada de biomassa não alimentar), e produzido propano, gasolina e diesel, todos com conteúdo renovável. A Petrobras está investindo cerca de R\$ 45 milhões para desenvolver o processamento de carga renovável.

## ■ DÉFICIT PRIMÁRIO

# Contas públicas têm déficit de R\$ 18,1 bilhões em setembro

As contas públicas fecharam o mês de setembro com saldo negativo, em razão principalmente do déficit do governo federal, resultado da queda de receitas em 6,2% e do aumento de despesas em 11,5% na comparação com setembro do ano passado.

O setor público consolidado - formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 18,071 bilhões no mês de setembro, ante superávit de R\$ 10,746 bilhões em setembro de 2022.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (8) pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses - encerrados em setembro - as contas acumulam déficit primário de R\$ 101,888 bilhões, o que corresponde a 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Em 2022, as contas públicas fecharam o ano com supe-

rávit primário de R\$ 125,994 bilhões, 1,27% do PIB.

### Esferas de governo

Em setembro, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve déficit primário de R\$ 16,506 bilhões ante superávit de R\$ 11,113 bilhões em setembro de

2022. O montante do déficit difere do resultado divulgado pelo Tesouro Nacional, de superávit de R\$ 11,55 bilhões em setembro porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.



Dívida bruta está em 74,4% do PIB

## ■ VAREJO AMPLIADO

# Vendas no comércio crescem 0,6% diz IBGE

O volume de vendas no comércio varejista aumentou 0,6% no país em setembro deste ano, na comparação com o mês anterior. O crescimento veio depois de uma variação negativa de 0,1% em agosto. O dado, da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), foi divulgado nesta quarta-feira (8), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O varejo também apresentou altas de 3,3% na com-

paração com setembro do ano passado, 1,8% no acumulado deste ano e 1,7% no acumulado de 12 meses. A taxa de crescimento de 0,6% de agosto para setembro foi puxada por apenas três das oito atividades pesquisadas pelo IBGE: móveis e eletrodomésticos (2,1%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,6%), e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, e de perfumaria (0,4%).



Varejo apresentou altas de 3,3%

# Votação de ajuda financeira do ICMS continua sem previsão

AGENCIA BRASIL

Não há definição se Congresso votará projeto ou medida provisória

A reunião do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com líderes partidários e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), terminou sem grandes avanços para destravar a votação que pretende acabar com parte das subvenções (ajudas financeiras) estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o ministro, ainda não está definido se o Congresso votará a medida provisória (MP) editada no fim de agosto ou o projeto de lei em regime de urgência enviado em outubro.

"Nós vamos aprovar [a proposta] neste ano", disse Haddad ao voltar da reunião, que ocorreu nesta manhã na residência oficial do presidente da Câmara. De acordo com o ministro, caberá ao Congresso escolher se votará a MP ou o projeto de lei.

Para Haddad, a reunião desta quarta-feira (8) serviu para apurar arestas e tirar dúvidas dos deputados sobre um tema complexo. Ele disse que o Ministério da Fazenda tem a "tarefa" de "explorar algumas possibilidades", mas não deu detalhes sobre o que a equipe econômica pretende fazer. "Você vai explicando, vai ouvindo e vai buscando convergência. São matérias difíceis, técnicas e complexas, e isso tem uma construção e explicação. Mas as bancadas estão abertas a ouvir, as lideranças todas nos ouviram hoje. Tiraram muitas dúvidas sobre o propósito e sobre



Para Haddad, a reunião desta quarta-feira (8) serviu para apurar arestas e tirar dúvidas dos deputados

a origem do problema", afirmou Haddad.

"Fizemos uma boa explicação. Ficou entendida a natureza do problema. Tudo é construção, são matérias técnicas difíceis. Os líderes tiraram muitas dúvidas sobre os propósitos e a origem do problema, um jabuti de 2017 que será resolvido agora", acrescentou o ministro.

De acordo com Haddad, há resistência de empresários e de governadores em relação ao impacto do fim da subvenção do ICMS para custeio. Pela proposta do governo, apenas a

subvenção do ICMS para investimentos - compra de equipamentos e modernização das empresas - seria mantida, por meio de crédito tributário, descontos em pagamentos de tributos futuros.

## Histórico

Por meio das subvenções, as empresas deduzem incentivos fiscais do ICMS concedidos pelos estados da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em abril, o Superior Tribunal

de Justiça (STJ) decidiu que a ajuda financeira do ICMS só pode ser usada para gastos de investimentos. Conforme a corte, as ajudas para gasto de custeio devem ser extintas.

O governo aguardava a decisão da Justiça para regulamentar as subvenções estaduais. A equipe econômica segue a posição da Receita Federal, que defende que os incentivos fiscais sejam usados apenas para financiar investimentos, não gastos correntes.

No fim de agosto, o governo editou a MP 1.185/2023, que revoga a

possibilidade de abater o IRPJ e a CSLL nas subvenções de ICMS para custeio. Pela MP, as ajudas financeiras para investimento deixam de ser deduzidas da tributação da União e passam a ser convertidas em crédito tributário para as empresas com a Receita Federal.

Em meio a divergências entre a Câmara dos Deputados e o Senado na tramitação de medidas provisórias, o Congresso até agora nem sequer instalou comissão mista para analisar a MP. No fim de outubro, o governo enviou

à Câmara um projeto de lei em regime de urgência com a mesma proposta.

## Estimativas

No início do ano, o governo estimava que o fim das subvenções de custeio poderia reforçar o caixa federal em até R\$ 90 bilhões. No entanto, na apresentação do projeto de lei do Orçamento de 2024, o ganho de arrecadação foi reduzido para R\$ 35,4 bilhões no próximo ano. Segundo o governo, a medida poderá gerar ganho de arrecadação de R\$ 137 bilhões em quatro anos.

## COMBUSTÍVEIS

### Preço do etanol cai em 13 Estados mostra ANP

Os preços médios do etanol hidratado caíram em 13 Estados e no Distrito Federal, subiram em outros 7 e ficaram estáveis em 5 na semana de 29 de outubro a 4 de novembro. No Amapá não houve cotação. O levantamento é da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilado pelo AE-Taxas.

Nos postos pesquisados pela ANP em todo o País, o preço médio do etanol caiu 0,28%, de R\$ 3,57 o litro na semana anterior para R\$ 3,56 o litro.

Em São Paulo, principal Estado produtor, consumidor e com mais postos avaliados, a cotação média ficou estável, em R\$ 3,45.

A maior queda percentual na semana, de 9,84%, foi registrada no Pará, onde o litro passou de R\$ 4,56 para R\$ 4,12. A maior alta na semana ocorreu na Bahia, onde o litro do etanol, que custava em média R\$ 4,12, passou a custar R\$ 4,16 (+0,97%). O preço mínimo

registrado na semana para o etanol em um posto foi de R\$ 2,78 o litro, em São Paulo. O maior preço, de R\$ 6,60, foi registrado no Pará.

Já o menor preço médio estadual, de R\$ 3,29, foi observado em Mato Grosso, enquanto o maior preço médio foi registrado no Amapá, com R\$ 5,60 o litro. Na comparação mensal, o preço médio do biocombustível no País caiu 1,66%, de R\$ 3,62 para R\$ 3,56 o litro.



O levantamento é da Agência Nacional do Petróleo

## SUSTENTABILIDADE

### Produtos fabricados na ZFM atraem estudantes para a FesPIM

A 2ª Feira de Sustentabilidade do Polo Industrial de Manaus (FesPIM) tem recebido públicos de todas as idades e atraído, principalmente, os mais jovens. Um exemplo disso foi a presença significativa de um grupo de estudantes que chamou a atenção logo de cara, ao chegar ao evento em três ônibus e enveredar pelos corredores do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, à procura de novidades.

Rafaela Stefany, 15, por exemplo, sentiu-se "entusiasmada" por um braço robótico de baixo custo controlado remotamente por uma rede 5G. A tecnologia apresentada pelo Instituto Sidia foi criada com o propósito de ser aplicada na indústria para inspeção visual e pick place (mover um de um lugar para outro) de objetos e equipamentos.

No mesmo estande, a estudante também conferiu o processo de realida-

de virtual, baseado numa mega rampa de skate e utilizado para detectar erros relacionados à segurança do trabalho nas fábricas.

Acompanhado de Rafaela estava o também estudante João Arthur, 14, que buscou produtos da área do entretenimento e se deparou com joguinhos da Tectoy e artigos da Samsung.

Os dois integraram uma

comitiva de aproximadamente 70 alunos do Centro de Ensino Educacional (CED 01), localizado no Guará, região metropolitana de Brasília.

Eles prestigiaram a feira em um cumprimento a uma atividade educacional ministrada por profissionais como o professor Herbert Mustafá. "Fomos informados sobre a realização da feira pela administração

regional da escola e logo sugerimos a atividade aos alunos. Eu, particularmente vim mais para me inteirar sobre a questão da sustentabilidade. Gostei muito da reciclagem do ônibus", disse ele, em referência ao veículo apresentado na feira pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), de Brasília, de propriedade da Reciclotec, com o objetivo de reciclar material eletrônico.

A FesPim é organizada durante três dias de forma conjunta entre a Suframa e o Instituto Piatam. Com foco na promoção da sustentabilidade na região amazônica, alinhada à tecnologia, o evento conta com mais de 30 estandes e uma variedade de produtos e inovações em exposição, diretamente vinculados ao Polo Industrial de Manaus (PIM), foco central a promoção da sustentabilidade na região amazônica, alinhada à tecnologia.



A FesPim é organizada durante três dias de forma conjunta entre a Suframa e o Instituto Piatam

# Brasil e Mundo

## NOVA REGRA

O STF decidiu que as condicionantes para a dissolução do casamento não podem ultrapassar o que está previsto na Constituição

# STF valida norma da exigência de divórcio direto no Brasil

Decisão elimina necessidade de separação judicial prévia

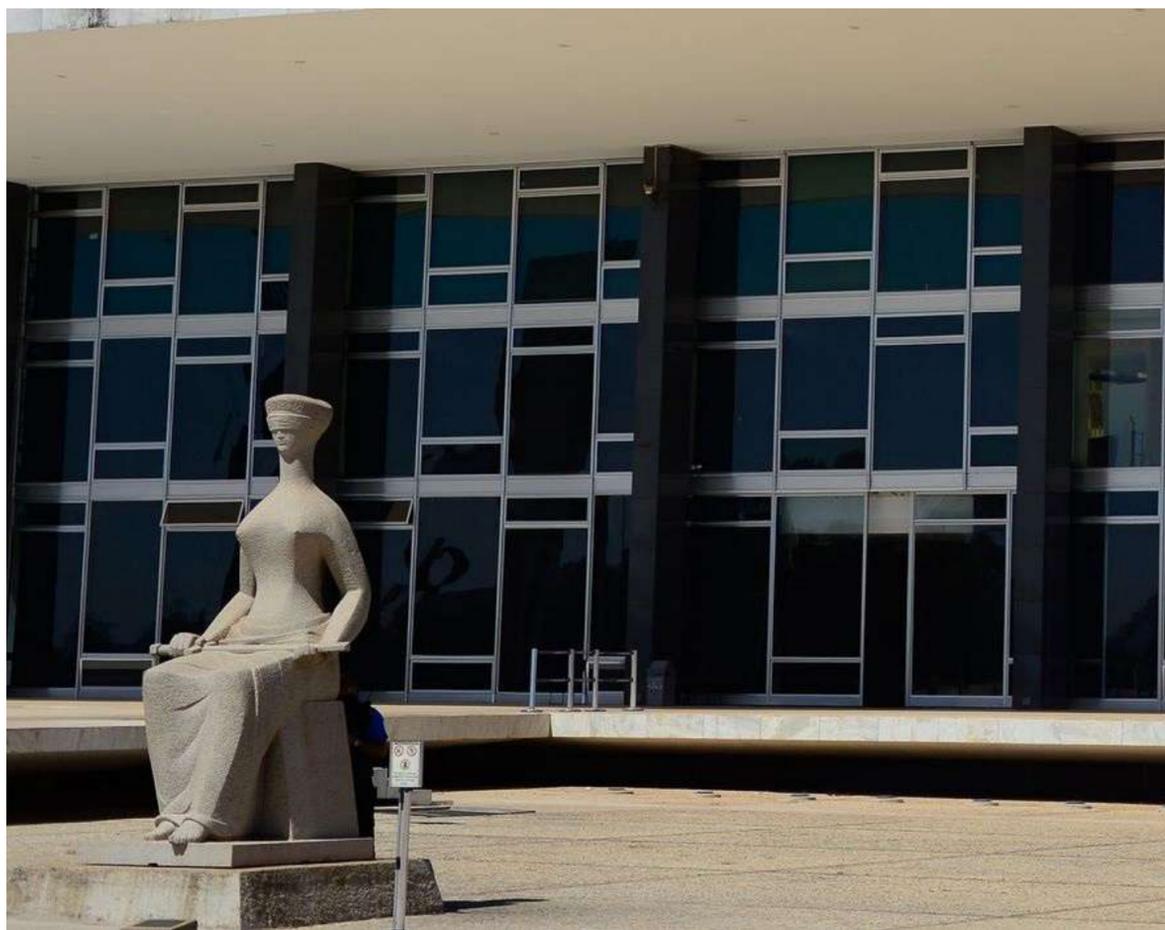
O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou nesta quarta-feira (8), a validade da emenda à Constituição que criou o divórcio direto. Com isso, ficou estabelecido que o casamento civil pode ser dissolvido pela solicitação do divórcio, sem a necessidade prévia da separação judicial.

Na prática, a decisão da Corte confirma que não é necessária a separação judicial do casal antes da solicitação do divórcio direto, que é realizado em cartório e com a presença dos advogados de cada parte.

A medida entrou em vigor com a Emenda Constitucional nº 66, de 2010, e facilitou o processo de divórcio nos casos em que há consenso entre o casal sobre o término do casamento e não há filhos menores de idade. Nas outras hipóteses, a dissolução do casamento é feita pela Justiça.

O caso chegou ao Supremo por meio do recurso de um cônjuge que contestou o mecanismo de divórcio direto. Durante o julgamento, a ministra Cármen Lúcia, única mulher a atuar no STF, afirmou é discriminada mesmo sendo juíza da Corte. Ao longo da história do país, foi possível sustentar nos processos de separação a culpa da mulher por violação dos deveres conjugais. "Estou falando porque, como juíza de um tribunal constitucional, sou tratada com discriminação em várias ocasiões."

Prevaleceu no julgamento o voto proferido pelo ministro Luiz Fux. Para o ministro, a ação judicial foi extinta do ordenamento jurídico com a promulgação da emenda e não é mais requisito prévio



O caso chegou ao Supremo por meio do recurso de um cônjuge que contestou o mecanismo de divórcio direto

para o divórcio.

Pela decisão do Supremo, fica mantido o estado civil das pessoas que já estão separadas por decisão judicial ou escritura pública.

### Separção x divórcio

O texto original da Constituição previa a dissolução do casamento civil pelo divórcio, mas exigia a separação judicial prévia por mais de um ano ou a comprovação da separação de fato por mais de dois anos. A Emenda Constitucional (EC) 66/2010 retirou essas exigências, mas não

houve alteração no Código Civil no mesmo sentido.

Os ministros Luiz Fux (relator) e Cristiano Zanin entendem que as normas infraconstitucionais sobre a separação judicial perderam a validade com a Emenda Constitucional (EC) 66/2010, que retirou a exigência. Já para os ministros André Mendonça e Nunes Marques, a separação judicial ainda pode ser aplicada, mas não é obrigatória, ou seja, quem quiser pode se divorciar

diretamente ou pode só se separar.

### Controvérsia

O Recurso Extraordinário (RE) 1167478 contesta uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que manteve sentença decretando o divórcio sem a separação prévia do casal. Segundo o TJ-RJ, após a EC 66/2010, basta a manifestação da vontade de romper o vínculo conjugal. No recurso ao Supremo,

um dos cônjuges alega que a alteração constitucional não afasta as regras do Código Civil.

um dos cônjuges alega que a alteração constitucional não afasta as regras do Código Civil.

### Simplificação

Em seu voto, o ministro Luiz Fux observou que a alteração constitucional buscou simplificar o rompimento do vínculo, eliminando as condicionantes. Com o novo texto, a dissolução do casamento não depende de nenhum requisito temporal ou causal, o que torna inviável exigir a separação judicial prévia para efetivar o divórcio.

### Aplicação imediata

Para Fux, a nova regra constitucional é de eficácia plena e de aplicação imediata, ou seja, não precisa ser regulamentada para ter efetividade. O relator lembrou ainda que, em uma ação em que se pedia a fixação de pensão como requisito para o divórcio, o STF decidiu que as condicionantes para a dissolução do casamento não podem ultrapassar o que está previsto na Constituição. O ministro Cristiano Zanin acompanhou integralmente esse entendimento.

### Sem vedação

Primeiro a divergir, o ministro André Mendonça considera que, como a Constituição não vedou a separação, não cabe ao Poder Judiciário, no âmbito de um contrato privado, estabelecer que essa exigência deixou de ser válida. No mesmo sentido, o ministro Nunes Marques considera que a EC 66/2010 visou acelerar o divórcio, mas não eliminou o instituto da separação judicial.

## EUA

# Menino de 5 anos encontrado dentro de armário fechado com pregos

Um homem escondeu o filho, de 5 anos, dentro de um armário fechado com pregos para evitar que a criança fosse levada para serviços sociais em Tontitown, Arkansas, nos EUA. Jon Thompson, de 40 anos, acabou por ser preso quando a polícia descobriu o menor no compartimento, que estava coberto com roupas e caixas.

As imagens da bodycam de um policial de Tontitown foram divulgadas e mostram o momento em que um agente retira as roupas e caixas para conseguir acessar ao fundo do armário, onde descobre a criança. De acordo com a Sky News, o pai do menino dificultou inicialmente a entrada dos policiais na casa, mostrando um papel onde estava indicado que tinha recebido a guarda da criança em outubro.

A polícia conseguiu depois entrar na habitação, já que tinha documentos que com-

provavam que a guarda do menino tinha sido entregue ao estado.

Jon Thompson foi então acusado de colocar em risco

o bem estar do filho e de violar a ordem sobre a guarda da criança. O homem tinha ainda na sua posse um colete antibalas e drogas.



A polícia conseguiu depois entrar na habitação

## SÃO PAULO

# Policiais federais prendem dois suspeitos de planejar atos terroristas

Policiais federais prenderam dois suspeitos de participar da organização de supostos atos terroristas no Brasil. Os dois suspeitos, que não tiveram a identidade divulgada, foram detidos em caráter temporário, no estado de São Paulo, na manhã desta terça-feira (8).

As prisões ocorreram no âmbito da Operação Trapiche, que também apura indícios de que os suspeitos recrutariam outras pessoas para executar atos extremistas. Além dos dois mandados de prisão, foram executados 11 de busca e apreensão: sete em Minas Gerais; três no Distrito Federal e um no estado de São Paulo.

Os mandados foram expedidos pela Subseção Judiciária de Belo Horizonte. Segundo a Polícia Federal, se as suspeitas forem confirmadas, os investigados responderão pelos crimes

de constituir ou integrar organização terrorista e por realizar atos preparatórios de terrorismo, podendo ser condenados a penas que, somadas, chegam a 15 anos e seis meses de prisão. Previstos na Lei de

Terrorismo (Lei nº 13.260, de 2016), os dois crimes são considerados hediondos, inafiançáveis, e o cumprimento da pena, em regime fechado, independe de condenação definitiva (trânsito em julgado).



Prisões ocorreram no âmbito da Operação Trapiche

# Cultura

## Euro90 agita Manaus no sábado

Nicki French será a atração principal da noite

0562 ou 99334-7781. Amantes do Euro90, as amigas Simone Ávila, Beatriz de Carvalho e Alexandra Oliveira, dizem que não veem a hora para "se

jogar na pista" e reviver a época. "Com todo

Um show inédito da Rainha do Euro90, Nicki French, movimentada no próximo sábado (11) o Manaus Plaza Shopping, na edição do Flash Back Day. O show começa às 21h no shopping localizado na Djalma Batista, na Zona Centro-Sul.

Além da artista internacional e banda, o evento traz ainda o DJ Fábio San, que vem diretamente de São Paulo animar a festa e compor a line up com os DJs Alex Marcks, Heryk Stevens e João Rodemberg. Ingressos seguem à venda e podem ser obtidos por meio dos contatos: (92) 98201-



Line up que se apresenta no sábado (11) em Manaus

respeito às boas músicas atuais, mas nada melhor que as músicas do período 80, 90 e 2000. Além de agradáveis, não nos deixam quietas. É queima de calorias garantida", apostam. Idealizador do Flash Back Day, o produtor cultural e DJ, Alex Marcks, relembra como surgiu a ideia de trazer Nicki French ao Amazonas. "Na Espanha percebi-se que o Norte do Brasil é muito forte no ritmo de Euro90. Aí decidimos trazê-la para o Flash Back Day. Ela é considerada a Rainha do Euro90, um estilo musical marcante e conhecido em todo o mundo. Nicky vive em turnê na Europa. Aqui em Manaus, o show dela será de mais de 1 hora.

Ela e sua banda subirão ao palco entre meia-noite e 1h. Outra novidade é o será um showçoço porque o timbre dela é único, algo inexplicável", disse Marcks. A festa será marcada pela pegada dos anos 90 que agita o público onde toca, indo de Madonna a Cindy Lauper, passando por Michael Jackson e outros artistas. Entre as músicas que compõem o set list da cantora estão: "Did You Ever Really Love Me"; "Total Eclipse Of The Heart"; "Heaven Is A Place On Earth"; "Is There Anybody Out There?"; "For All We Know"; "Stop, In The Name Of Love"; "Never In A Million Years" e outras que marcaram gerações e fazem sucesso até hoje nas rádios de todo o mundo.

Divulgação



## JORDAN MUNIZ

jordanmunizjornalista@gmail.com



### VIVA DIRCE NUNES!

A querida amiga, Dirce Nunes, comemorou no último dia (1), sua majestosa festa de aniversário com seus familiares e amigos. A matriarca da família celebrou com muita alegria o novo ciclo de sua vida ao lado do esposo, Nelson Nunes, e de sua filha, Sâmia Nunes!



### DESCANSO EM OUTROS ARES!

Hebe Pereira está curtindo um belo descanso pela região Centro-Oeste do país, o Hotel Golden Lis Boutique foi o local escolhido para o descanso em Goiânia.



### NOVA SEDE!

A nova sede do partido Novo no Amazonas, foi inaugurado no último dia (3), em Manaus. Maria do Carmo Seffair e Ulisson Fortes estiveram presentes na cerimônia de inauguração!



### NADA MELHOR QUE O NORDESTE!

Os queridos amigos, Felipe Pessoa e Soraya Pessos, estão curtindo o que há de melhor na praia de Carneiros-PE. O casal foi curtir uma boa praia no nordeste brasileiro!



### PARABÉNS PARA ELA!

A pequena Fernanda Souza vai reunir todos os seus amigos na Pizzaria Faraó, em comemoração ao seu aniversário. Nanda está completando mais um ano de vida ao lado de seus familiares e amigos.



### VIAGEM INTERNACIONAL!

O médico, Samir Salim com sua mãe, Samia Salim, juntos na Praça do Comércio em Portugal. A cidade europeia foi a escolhida para um excelente passeio em família. Aproveitem o bom da vida!

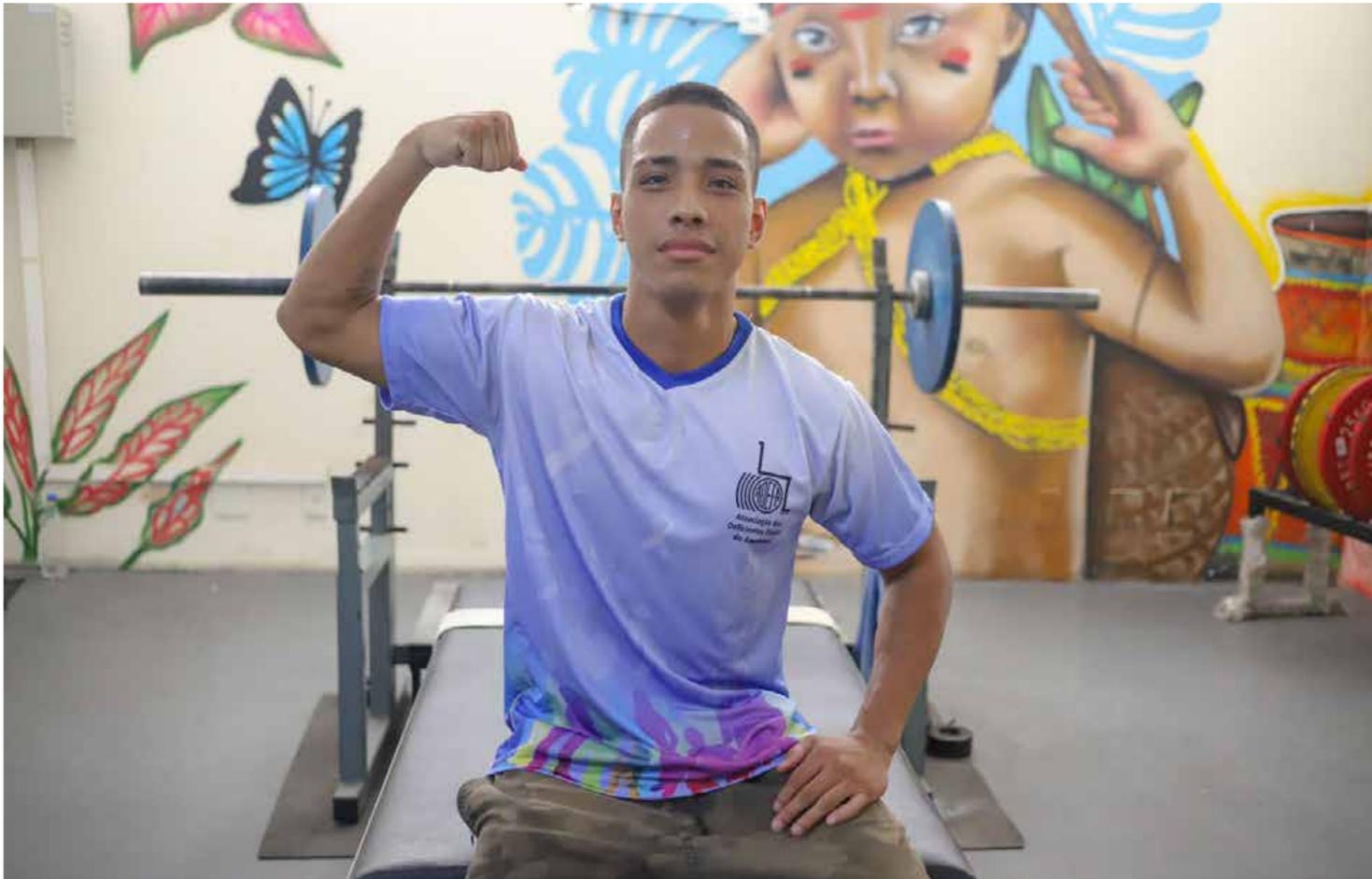
# Esportes

## Paratleta do AM busca vaga para as olimpíadas de 2024

■ PAN DO CHILE

### Atletas cubanos pedem asilo

Julcemar Alves/ Sedel



Lucas dos Santos iniciou no esporte aos 13 anos, atualmente conta com o apoio do Governo do Amazonas

Lucas dos Santos, do halterofilismo, vai competir nos Jogos Parapan-americanos no Chile

O paratleta Lucas dos Santos, destaque no halterofilismo do Amazonas, embarca em uma jornada em busca da vaga nas Olimpíadas de Paris 2024. Aos 21 anos de idade, o amazonense se jun-

ta à delegação brasileira que competirá nos Jogos Parapan-americanos, programados para acontecer de 17 a 26 de novembro, na cidade de Santiago, no Chile.

“É determinação do governador Wilson Lima que possamos, por meio de políticas públicas efetivas, como o Bolsa Esporte Estadual e Projeto Amazonas nas Olimpíadas de Paris 2024, proporcionar todo o apoio necessário aos nossos paratletas. Assim, permitindo que es-

ses paratletas alcancem seu potencial máximo e consigam representar o Amazonas nas próximas paraolimpíadas”, disse Jorge Oliveira, secretário de Estado do Desporto e Lazer (Sedel).

A promessa no halterofilismo iniciou no esporte aos 13 anos, atualmente conta com o apoio do Governo do Amazonas, por meio dos projetos Bolsa Esporte Estadual e Amazonas nas Olimpíadas de Paris 2024, que tem possibilitado o paratleta a participar de

importantes competições do cenário esportivo.

“Minha expectativa é ficar entre os três melhores e tentar alcançar meu objetivo para Paris, se Deus quiser vou alcançar. Agradeço ao Governo do Amazonas pelo Bolsa Esporte, se não fosse esse apoio não estaria competindo com atletas de alto nível e representando bem o nosso Estado”, comentou Lucas dos Santos.

Lucas dos Santos tem uma má formação na perna direita e compete na ca-

tegoria de até 49 quilos, entre suas conquistas mais notáveis estão dois títulos mundiais e uma medalha de bronze em sua primeira participação nos Jogos Parapan-americanos, realizados em Lima, em 2019.

Atualmente, Lucas dos Santos ostenta a marca de 147 quilos, sua meta é levantar 153 quilos. Sua posição no ranking é crucial para sua classificação em duas competições importantes, que podem garantir a tão sonhada vaga olímpica.

Oito atletas cubanos ficaram no Chile para pedir asilo, ou refúgio, após o encerramento dos Jogos Pan-Americanos de Santiago, informaram os advogados dos esportistas e o Ministério do Interior do país sul-americano.

Segundo o subsecretário do Ministério do Interior, Manuel Monsalve, 412 membros da delegação cubana entraram no Chile para a disputa do Pan. Destes, 391 voltaram para Cuba e 21 permanecem em território chileno. Sete pediram asilo e um fez a solicitação de refúgio.

“Uma pessoa, de nacionalidade cubana, diferente das sete, fez o pedido de refúgio ao Serviço Nacional de Imigração. A lei de refúgio funciona com o visto temporário de oito meses e aceitando o início do processo de refúgio”, explicou Monsalve.

Segundo a imprensa chilena, os que pediram asilo são seis integrantes da equipe feminina de hóquei sobre grama e um corredor da prova com barreiras.

“A intenção principal deles é permanecer no Chile”, reforçou o advogado Mijail Bonito, que representa os atletas. Assumi este caso “por uma questão pessoal, porque nasci em Cuba”, acrescentou Bonito, que foi assessor de política migratória do governo do ex-presidente chileno Sebastián Piñera.

GettyImages



Delegação cubana no Pan de Santiago do Chile 2023

■ CONTRATO

## Fluminense quer Diniz pelo menos até 2025

Um dos responsáveis pela maior conquista da história do Fluminense, o treinador Fernando Diniz deve ter seu contrato com o Tricolor das Laranjeiras estendido. Pelo menos é o que revelou o presidente do clube, Mário Bittencourt, em entrevista para a TNT Sports. Segundo o mandatário, a ideia é renovar o contrato até o fim de 2025.

Com o atual acordo, Di-

niz é treinador do Flu até o final do ano que vem. Ele ainda tem a função de treinador interino da Seleção Brasileira. No planejamento da CBF, Fernando Diniz comandará a equipe até a metade de 2024, quando passaria o cargo para Carlo Ancelotti, técnico do Real Madrid.

Campeão da Libertadores, Diniz também conquistou o Campeonato Carioca.



MAXIO FRANGIO/ AGIF

Diniz conquistou dois títulos nesta temporada com o Fluminense

■ NÓS POR ELAS

## Flamengo lança camisa com mensagem de combate à violência

Novembro é o mês da conscientização do combate à violência contra a mulher. Em forma de ‘abraçar’ a causa, o Flamengo irá sofrer uma mudança no uniforme para o jogo contra o Palmeiras, nesta quarta-feira (08), pela 33ª rodada do Campeonato Brasileiro. O Banco BRB, patrocinador master do clube, fará alteração no Manto Sagrado.

O Flamengo divulgou imagens do novo uniforme. No espaço central da camisa, onde geralmente aparece escrito ‘Banco BRB’, terá a seguinte frase: “Nós por elas”. Vale destacar que a campanha foi promovida pelo clube juntamente com o patrocinador master.

### O que é o Instituto Nós por Elas

O Instituto Nós por Elas tem como objetivo o combate da violência contra a mulher, além de estimular diversas práticas que estimulem a igualdade de oportunidades para mulheres em diferentes empresas. A embaixadora da campanha contra a violência doméstica é a ex-modelo e atriz Luiza Brunet.

Na ação de quarta, o objetivo é colaborar para conscientizar a população sobre a importância da prevenção e erradicação de atos nocivos contra meninas e mulheres. Marcela Bocaluva, presidente da Nós Por Elas, destacou a importância da parceria com o Flamengo.

“É fundamental que as

estratégias de prevenção e resposta à violência doméstica sejam reconhecidas, garantindo que as vítimas tenham suporte e proteção adequada, e

que medidas de repressão a tal ato sejam observadas. Fazer essa mensagem chegar aos lares por meio do futebol é simbólico”, pontuou Marcela.



DIVULGAÇÃO

Mensagem ficará onde antes havia o patrocínio master do banco BRB

# CLASSIFICADOS

LIGUE E ANUNCIE: [vanguardadonorte.com.br](http://vanguardadonorte.com.br)  
 (92) 99104-8488 / (92) 99104-8484

GOVERNO DO ESTADO DO **AMAZONAS** 

DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL N.º 3.785/2012

Indústria e Comércio de Madeiras Samaúma Eireli - "Madeira Samaúma" torna público que recebeu do IPAAM, a Licença de Operação n.º 627/18-01, que autoriza o desdobro primário de madeira - serraria com beneficiamento e secagem de madeira, localizada na BR 230, km 192, n.º 7030, Distrito de Santo Antônio do Matupi, Manicoré - AM, para Indústria Madeireira, com validade de 02 Anos

 **Drogaria Pantanal**

**DISK ENTREGA**   
**(92)99527-3103**

@drogariapantanal  
 Rua Sagre, nº286 - Compensa 2

 **Sony Corsi**

Consultor de Planos de saúde  
 Fale comigo  
 (92) 985052260



- Moda Feminina
- Moda Masculina
- Moda Infantill
- Acessórios
- Bolsas
- Calçados
- Estamparia
- Impressão
- Xerox
- Pesquisa
- Impressão de Foto
- Cartão de Visita
- Topo de Bolo

- Digitalização de Documento
- Caneta Personalizada
- Calendário Personalizado
- Bloco de Notas Personalizado
- 2º Via de Conta
- Curriculum Vitae

(92) 98594-6128 @nenyloja  
 nenyconfeccoeseestamparia@gmail.com  
 Avenida João Câmara,580 - Novo Aleixo

 **Free Cell**

**GARANTA JA SUA RENDA EXTRA, E REALIZE SEU CADASTRO CONOSCO!!!**

**VENDEMOS APARELHOS DAS MARCAS: XIAOMI, IPHONE E SAMSUNG!!! PREÇOS NO VAREJO E ATACADO. ATENDENDEMOS TODOS OS MUNICIPIOS DO AMAZONAS, PARÁ E RORAIMA!**

**CELULARES NO PRECINHO!!!**

☎ (92) 99344-2918  
 ☎ (92) 98282-8963



**ACESSÓRIOS PARA CELULARES & VARIEDADES**

**VIKA CELL EN**

TRABALHAMOS COM AS MARCAS

**AQUI TEM!**

RECARGA CHIPS PELICLAS CARREGADORES CAPAS CABOS FONES ACESSORIOS EM GERAL



99309-7564

E-mail: vikaen.cell@gmail.com

**Para mais notícias e entretenimento**

**ACESSE**  
**VANGUARDADONORTE.COM.BR**

